

*Direitos  
Fundamentais:*  
um déficit de  
legitimidade do STF  
no conflito entre a  
Privacidade e o Acesso  
à Informação

**José Américo  
Martins da Costa**

*Coleção*  
*Direitos fundamentais e acesso à justiça no*  
*estado constitucional de direito em crise*

*Coordenador:*



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, José Américo Martins da Costa.

**Editor Chefe**  
*Plácida Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marca*

**Capa, projeto gráfico**  
*Enzo Zaquiu Prates*  
*Leda Érica Câmara*  
*(Imagem por Skylla, via Unsplash)*

**Diagramação**  
*Leda Érica Câmara*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

1154216

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

COSTA, José Américo Martins da.

Direitos Fundamentais: um déficit de legitimidade do STF no conflito entre a Privacidade e o Acesso à Informação - Coleção Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise - Coordenação: Gregório Assagra de Almeida - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

234p.

ISBN: 978-65-80444-16-8

1. Direito. 2 Direitos Fundamentais. I. Título.

CDD340

CDU340

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b>	<b>15</b>
<b>1. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A DIGNIDADE HUMANA</b>	<b>19</b>
1.1. Compreensão dos Direitos Fundamentais e a dignidade humana	19
1.1.1. Abrangência da fundamentalidade	25
1.1.2. Conceituação terminológica	30
1.1.3. Características	33
1.1.4. Evolução em sua classificação	34
1.1.4.1 Teoria geracional	34
1.1.4.2 Teoria do status de Jellinek	38
1.1.5. Eficácia das normas de Direitos Fundamentais	40
1.1.6. Regras e princípios nos Direitos Fundamentais	47
1.1.7. Restrições a Direitos Fundamentais	51
1.2. A eficácia dos Direitos Fundamentais e a dignidade da pessoa humana	56
1.2.1. A consagração da percepção valorativa-progressista	58
1.2.2. A dignidade como princípio fundante dos Direitos Fundamentais	59
1.2.3. A dignidade no plano axiológico e dificuldades na delimitação de seu conteúdo	63

1.2.4. A regra de proteção e o princípio da dignidade da pessoa humana.....	66
1.2.5. A dignidade e o direito fundamental à autodeterminação informacional.....	69
<b>2. O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE.....</b>	<b>75</b>
2.1. O Direito Fundamental à privacidade em sua evolução histórica.....	75
2.2. O contexto de um modelo de direito à privacidade.....	79
2.3. O direito à vida privada como decorrência da personalidade.....	85
2.4. A Publicização e a constitucionalização do direito privado.....	88
<b>3. O DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À INFORMAÇÃO.....</b>	<b>93</b>
3.1. A liberdade de expressão e o direito à informação como bens jurídicos.....	93
3.1.1. O direito ao acesso à informação, e a transparência.....	98
3.1.2. O direito ao acesso à informação, e a publicidade.....	103
3.2. O acesso à informação administrativa no Brasil.....	107
3.2.1. Antecedentes jurídicos.....	107
3.2.2. O direito fundamental ao acesso à informação no Brasil.....	114
3.2.3. A reserva da intimidade da vida privada e o limite ao direito à informação administrativa do direito brasileiro.....	117
3.3. O direito fundamental ao acesso à informação no direito português.....	120
3.3.1. A reserva da vida privada e o limite ao direito à informação no direito português.....	124
3.4. O acesso à informação no direito comparado em abreviadas notas.....	129
3.4.1. O direito à informação administrativa no âmbito comunitário europeu.....	131

<b>4. A TENSÃO ABERTA E PERMANENTE ENTRE A DIVULGAÇÃO NOMINAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES ESTATAIS E O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE</b>	<b>137</b>
4.1. O posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema e suas críticas	138
4.1.1. Quando a interpretação constitucional se torna ofensa ao núcleo essencial dos direitos fundamentais	148
4.2. A divulgação nominal de salários como prática violadora de Direitos Fundamentais	152
4.2.1. A remuneração do cargo e o sigilo fiscal	153
4.2.2. A remuneração e as garantias individuais	156
4.2.3. Os direitos da personalidade e o <i>status</i> preferencial na Lei nº 12.527/11	158
4.2.4. O risco pessoal e familiar	163
4.2.5. A nova orientação do CNJ e o reconhecimento da fragilidade do Sistema	167
4.3. A máxima da proporcionalidade	169
4.4. Uma tentativa de solução prática por meio da técnica da ponderação	171
4.5. Da possibilidade de adoção de medidas judiciais pelo servidor público diante da violação da privacidade	178
4.5.1. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	181
4.5.2. Ação direta de inconstitucionalidade por ação – ADI por ação	187
4.6. A aplicação dos cânones da hermenêutica constitucional – uma releitura	190
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>215</b>